

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01.24.03.2020 SAÚDE

A Presidente e Pregoeira da Comissão Central de Licitação e Pregões, consoante autorização da Sra. Secretária de Saúde, vem abrir o presente processo de dispensa de licitação para a **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES DESTINADOS AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO, COMBATE E ENFRENTAMENTO AO CORONA VÍRUS (COVID-19) DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA/CE.**

1-FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação encontra amparo no DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020 C/C ARTIGO 4º, CAPUT, DA LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO 2020 C/C MEDIDA PROVISÓRIA 926 DE 20 DE MARÇO DE 2020 C/C O ARTIGO 24º, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E DEMAIS NORMATIVAS RELATIVAS À MATÉRIAS NORMATIVAS RELATIVAS À MATÉRIA.

2-JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

DEFINIÇÃO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

Coronavírus (CID10) é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19).

Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

DO SURGIMENTO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wahan, na China, veio à tona a existência de um vírus de características relevantes e inovadoras, até então, desconhecido pelas autoridades competentes e estudiosos quanto a matéria, segundo relatos a Organização Mundial da Saúde – OMS.

Os estudos de amostras de análises genéticas posteriormente realizados no mundo à fora, comprovam a fonte comum da propagação do vírus, ou seja, confirmam que o mesmo se deu, inicialmente naquela cidade asiática.

Em virtude do alto grau de contaminação e das consequências malélicas deste vírus, principalmente pela incidência de número de óbitos e pelo potencial de propagação, a China trouxe ao mundo a relevância desta doença nos mostrando a sua preocupação real e nos alertando dos cuidados pelos quais o mundo inteiro precisara adotar, de modo a se preparar para o combate e o impedimento da disseminação do vírus.

Em 09 de março de 2020, a China continental contabilizava cerca de aproximadamente 81.000 (oitenta e um mil) infectados e 3.119 (três mil, cento e dezenove) mortos, ou seja, um número assustador de vítimas que sofreram com os impactos desta tão grave doença.

DA PROPAGAÇÃO MUNDIAL

Em virtude do alto grau de contágio do vírus COVID-19, era esperado que o mesmo se propagasse pelos países e continentes vizinhos de forma acelerada. Contudo, em razão do desconhecimento por parte de várias nações ou, até mesmo, pela ignorância ou resistência quanto ao assunto, muitos os países não deram a atenção devida a situação a qual se relatava, de modo que não adotou medidas de prevenção e cuidados necessários para o enfrentamento desta epidemia.

Assim sendo, devida certa proximidade, a Europa foi verdadeiramente invadida pelo contágio do coronavírus, passando a se tornar o novo epicentro sobre o assunto. Mais precisamente, a Itália e Espanha foram o foco da doença, onde, em razão da população idosa ser proporcionalmente maior que os demais países daquele continente, estas sofreram e sofrem de forma muito gravosa para com esta doença.

Como dito, na Itália, diante da população idosa proporcionalmente maior aos demais países, a taxa de mortalidade da doença causada pelo vírus, a covid-19, chegou nesta segunda-feira (16/03) a 7,7%, enquanto o índice chinês médio é de 2,3%.

Segundo o site BBC internacional "A insuficiência respiratória foi a complicação mais observada nas amostras (98,8% dos casos), seguida de choque (como choque séptico, 22,9%), insuficiência renal (16,9%) e infecção (10,8%)", diz um informe do ISS (Instituto Superior de Saúde) compilado na sexta-feira (13/03).

DO CONTEXTO ATUAL

Atualmente, a Itália data o período de 01 (um) mês desde o surgimento do Coronavírus. Conquanto, esta já conta com cerca de 74 (setenta e quatro mil) casos e 7.500 (sete mil e quinhentos) mortes, número este proporcionalmente muito maior em relação a população do país de origem do vírus – China.

Especialistas afirmam que esta incidência na Itália se deu pela forma como o vírus adentrou no país, segundo os estudos, o patogênico circulou na Itália por várias semanas antes de ter sido detectado.

Logo o vírus se propagou pelo mundo inteiro, alertando e preocupando as autoridades competentes quanto ao assunto, haja vista a potência devastadora e o rastro sem precedentes deixado por este vírus.

No dia 31 de dezembro de 2019, a China enviou alerta a OMS, explicitando seu diagnóstico e a realidade dos fatos ali vivenciados.

Assim, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que, não se tratava mais de epidemia e sim, de uma pandemia mundial, revelando ao mundo suas preocupações e nos alertando sobre as necessárias medidas que devemos adotar, de modo a evitar a letal propagação, garantindo, desta feita, a manutenção da vida humana.

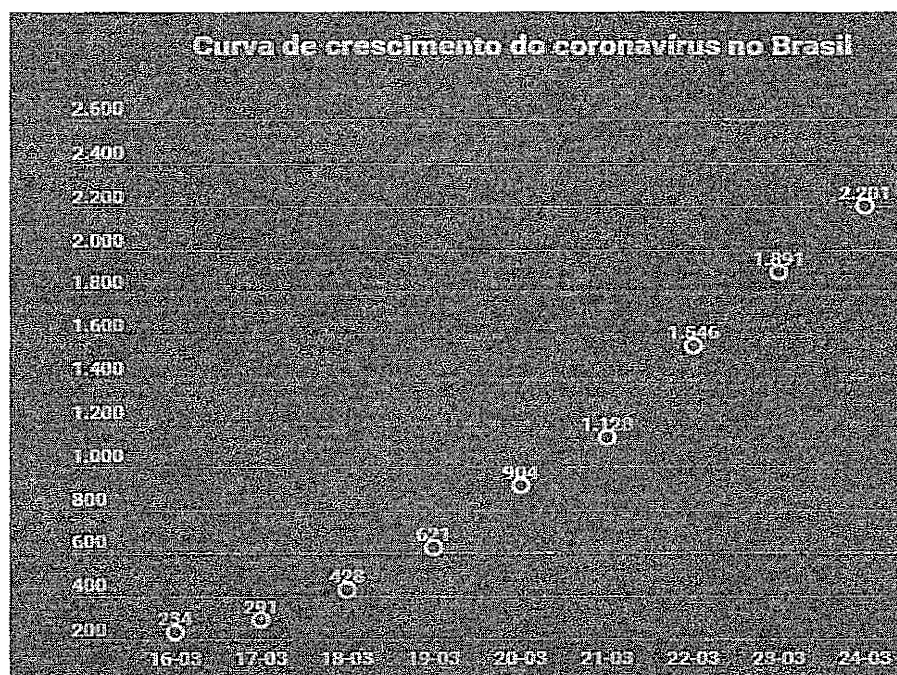
Atualmente, o cenário é preocupante, pois, considerando o crescente número de casos na Itália, Espanha e China (81.285 casos e 3287 mortes), bem como, em outros países do mundo, tais como: Espanha, Iran, França, Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Alemanha e Bélgica, observa-se que, de fato, mesmo com a tomada de algumas medidas, o vírus se propagou pelo mundo à fora, alcançado de forma esmagadora a Europa e o restante do mundo.

SITUAÇÃO NO BRASIL

O Brasil encontra-se em situação técnica e logisticamente favorável em relação aos demais países da Europa. Tecnicamente, pelo fato de ter se antecipado ao colapso mundial, em algumas medidas. Logisticamente, por encontra-se geograficamente distante dos países mais afetados.

Contudo, o Brasil já se encontra com 2.000 (dois mil) infectados e 50 (cinquenta) vítimas fatais segundo boletim do Ministério da Saúde.

Porém, a preocupação dos especialistas é muito grande, pois a curva de crescimento continua a estender-se de modo célere e exponencial, é como demonstra o seguinte gráfico:



De acordo com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com a chegada de novos testes, a tendência é de que o número de casos aumente ainda mais. "Mas o de mortalidade não vai subir muito porque todos os casos são testados", disse durante coletiva.

Como já bem relatado, um dos maiores agravantes quando do contágio da doença, são as problemáticas em decorrência de outras doenças preexistentes ou, o afetamento em pessoas que já detém doenças pré-existentes, tais como: asma, doenças de coração, fumantes, diabéticos.

Pacientes com doenças mais debilitantes têm menor capacidade de frear o vírus, aumentando o risco de ele cair na corrente sanguínea, atingir os pulmões e provocar pneumonia.



Deste modo, nos casos mais graves da doença, boa parte dos usuários chegam ao estágio máximo de gravidade necessitando de leito de UTI, onde o Brasil não detém de quantidade mínima suficiente para o atendimento integral dos pacientes, caso o vírus se propague e chegue em seu nível máximo em quantidade de afetados.

Em 26 de março de 2020, completaremos o primeiro mês do primeiro caso de coronavírus no Brasil. O primeiro óbito se deu em 17 de março.

A preocupação atual é que, os estudos demonstram que, em nenhum dos países mais afetados, o pico do contágio tenha se dado antes de 1 (um) mês do início da doença no país.

Assim, considerando que o Brasil perpassa por este momento nestes dias, logo, precisamos adotar medidas eficazes para que haja a interrupção ou paralisação drástica desta doença de forma hábil, em todos os aspectos.

Vejamos os dados desse estudo:

EVOLUÇÃO DO CORONAVÍRUS NOS PAÍSES

PAÍS	INFECTADOS APÓS 1 MÊS	MORTES APÓS 1 MÊS
China	9.802	213
Coreia do Sul	104	1
Estados Unidos	15	0
Itália	1.694	29
Brasil*	2.555	59

Fonte: Universidade Johns Hopkins e Organização Mundial da Saúde. *Os números usados pela Johns Hopkins são ligeiramente diferentes do Ministério da Saúde, por conta dos horários de atualização.

Conforme observamos na tabela anterior, os números de cada um mostram que, apesar de haver algumas variações de cenário, a tendência é que a "explosão" de infecções se verifique apenas em um período posterior aos primeiros 30 dias.

Considerando os quatro países em estudo, o Brasil perde apenas para a China no número de infectados um mês após o registro do primeiro caso. Os dados são da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, que fornece registros a partir de 22 de janeiro.

Por todo o exposto, em 06 de fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 13.979, prevendo diversas possibilidades de atuação por parte da administração pública, como medidas necessárias ao combate do COVID-19.

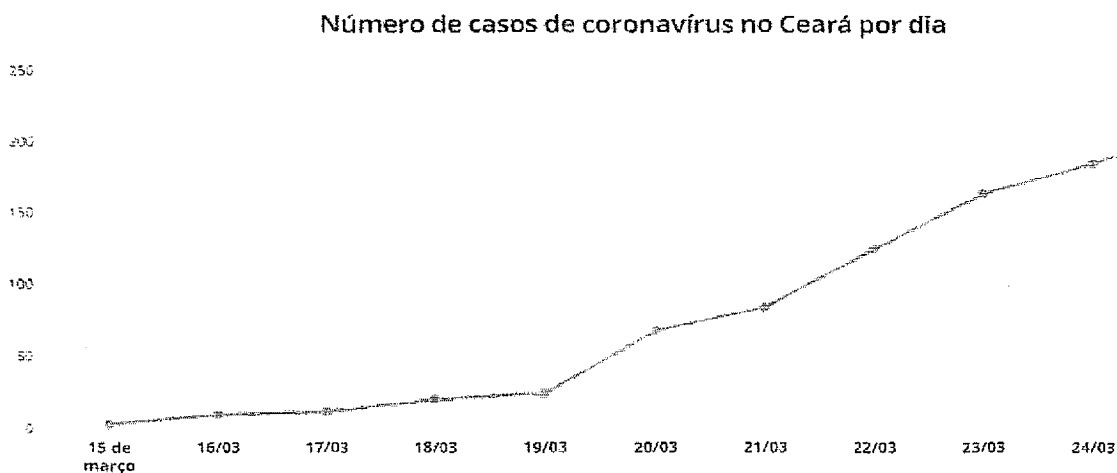
Esta Lei foi um grande marco neste sentido, pois, possibilita ao gestor público, a possibilidade de atuar de forma mais célere, atendendo o foco da demanda a qual se busca – propor serviços de saúde pública.

Deste modo, a preocupação por parte dos órgãos reguladores é, de fato, relevante e merece atenção e tomadas de decisões.

SITUAÇÃO NO CEARÁ E EM GUIAÚBA

No estado do Ceará não foi diferente do Brasil e do mundo. Rapidamente o vírus começou a se propagar e, hoje, somos o 3º (terceiro) estado do país com o maior número de casos.

Fato preocupante as autoridades competentes é o número de casos atuais em curto espaço de tempo. Conforme demonstra, a curva é crescente no número de casos no Ceará, pois em 10 dias, saltamos de 0 (zero) casos para os atuais 211 (duzentos e onze), vejamos o gráfico:



Fonte: SESA.

Os estudos mostram que, se o Ceará mantiver, nas próximas semanas, a mesma proporção de casos como a atual, chegará ao número de contaminações em número maior que o estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estado este muito mais populoso que o nosso.

Outro dado de alerta as autoridades foi que, em apenas 12 dias, o Ceará já detinha de número de casos que o Estado de Minas Gerais em 20 dias.

Conforme informa o próprio governo do estado, o Ceará foi o primeiro estado no Nordeste a criar o seu plano de contingenciamento ao enfrentamento do Coronavírus, apresentando ao Ministério da Saúde há mais de 30 dias. Ou seja, o estado vem se antecipando com uma série de medidas, não apenas dentro do sistema de saúde pública, e esse tem sido o grande desafio do mundo.

No dia 16 de março, o Governo do Estado do Ceará, via decreto de nº 33.510 de 16 de março de 2020, decidiu por adotar uma série de medidas com o intuito de combater o avanço do coronavírus. Tais medidas se estendem em vários aspectos, desde a organização e o funcionamento dos serviços de saúde, como também envolve as áreas de educação e assistência social.

Posteriormente, via decreto de nº 33.519 de 19 de março de 2020, o governo do estado do Ceará foi ainda mais enfático e, dentre outras medidas, suspendeu o fechamento do comércio a que não seja os de serviços essenciais.

O Governo do Estado vem fazendo grande mobilização no aspecto de promoção dos serviços de saúde, inclusive, disponibilizando hospitais e unidades de apoio na capital do estado e no interior para, em situações mais gravosas, os pacientes que necessitem, possam ser transferidos para receberem o atendimento adequado.

Em Guaiúba, a situação é semelhante aos dos demais municípios do estado e do país, pois em virtude da transmissão comunitária, o vírus rapidamente poderá se propagar pelas diversas regiões. Assim, necessitamos adotar de forma imediata as ações de combate efetivo a esta doença.

Estamos trabalhando de forma sistemática com medidas de prevenção e no combate ao coronavírus, contudo, de modo prático e objetivo, precisamos de itens, insumos e materiais para operacionalização destas práticas.

Nossos dados nos relevam que, atualmente, temos a suspeita de um paciente que pode ter contraído o coronavírus, onde, foi submetido aos exames específicos e aguardamos as devidas comprovações.

Desta feita, em virtude do surto exponencial, os fornecedores estaduais e nacionais de produtos médicos e hospitalares, não estão fornecendo a contento as demandas por parte da Secretaria, seja pela ocorrência de atrasados na entrega das ordens de compras, pela insuficiência de matéria prima ou pela ausência de estoque pelo alto consumo dos municípios em geral.

Fato seguinte, temos que, os instrumentos contratuais e congêneres que ora estão vigentes, não comportam a demanda a que se faz necessária para que, hoje se possa tomar medidas de prevenção da doença, resultando numa carência dos produtos e na necessidade de uma nova contratação esporádica e finalística.

Ante o exposto, faz-se necessária a realização de procedimento administrativo de dispensa de licitação, para que de forma mais célere, assim, possamos realizar a **aquisição dos produtos básicos** na quais se mostram imprescindíveis para os trabalhos das equipes dos postos de saúde e hospital que, em virtude de serem serviços essenciais e contínuos, precisam estar aptos e preparados no atendimento dos mais diversos pacientes da rede municipal que se socorrem dos serviços de saúde.

Não verificamos outro modo de atuação para realização da compra destes produtos que, frise-se, são somente os essenciais em quantidades e tipos (conforme relação anexa) para o combate do Coronavírus, conforme recomenda o Ministério da Saúde.

O serviço de saúde urge, logo, em se tratando de medidas afeitas a manutenção da vida humana, por certo que merecem maior atenção e cuidado, principalmente, para que seja dado os resultados eficientes aqueles que nos demanda.

Como fundamentação legal para a demanda em tela, citamos o Decreto Municipal nº 019/2020 de 23 de março de 2020 c/c artigo 4º, caput, da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro 2020 c/c Medida Provisória 926 de 20 de março de 2020 c/c o artigo 24º, inciso IV da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e demais normativas relativas à matéria.

A imprevisibilidade é considerada requisito vital para a caracterização da contratação emergencial, segundo o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93. Por conseguinte, gera a necessidade dessa compra emergencial, pelas razões citadas, que com certeza atendem a todos os requisitos exigidos para essa dispensa de licitação, prevista no inciso IV, do art. 24 da Lei de Licitações.

Segundo o administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, *verbis*:

"... a emergência é a nosso ver caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas." (obra cit., Ulisses Jacoby Fernandes).

No mesmo sentido, o saudoso Hely Lopes Meirelles, afirma que:

"... a emergência há que ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa de licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a Administração visa corrigir, ou com o prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, e que a anormalidade ou o risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento." (in Licitação e Contrato Administrativo, 9ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo: 1990, p. 97).

O Magistério de ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL, com muita propriedade, aduz que a emergência, "verbis":

"é (...) caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência."

A Dispensa de licitação em tela está em consonância com a orientação traçada pelo egrégio Tribunal de Contas da União:

"Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicação:

1 – que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou dá má gestão dos recursos dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento de situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou á vida de pessoas;

3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

4 – que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado." (TCU, TC-247/94, Min. Carlos Atila, 01/06/94, RDA vol. 197, p. 266).

3-JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA

RAZÃO DE ESCOLHA DA EMPRESA

Após contato telefônico com diversas empresas fornecedoras do ramo – objeto a ser contratado, todas estas não manifestaram interesse na comercialização para com este órgão, haja vista a crise mercadológica dos produtos a que se propõe.

Sendo assim, seguiu-se com a busca aos demais interessados, abrindo o leque, inclusive, aos possíveis interessados varejistas, estendendo a procura também via farmácias.

Em âmbito local, as mesmas não manifestaram interesse, e/ou não atendiam aos documentos mínimos de contratação e/ou não aportaram a quantidade de itens suficientes ao demandado.

Daí, estendeu-se mais ainda as possibilidades mediante consultas realizadas nas regiões circunvizinhas, onde, finalmente, a empresa PREMIUM COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA atendeu a todas as condições demandadas, manifestando, deste modo, interesse na contratação emergencial.

Logo, justifica-se a razão da escolha desta empresa para a presente contratação.

JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

Os preços contratados tiveram como base os valores ofertados na proposta de preços da empresa a qual se manifestou interessada na contratação. Considerou-se o fato de que tais valores encontravam-se abaixo dos valores orçados pela administração municipal, mediante aferição comparativa entre os preços

ofertados e valores propostos e orçamento existente por parte da Secretaria competente, onde, ao final, comprovou-se a vantajosidade e economicidade no feito.

A abrangência dos preços e fornecedores se deu primordialmente no mercado local e ou regional.

Demais informações quanto aos preços orçados e firmados encontra-se apresentadas nos autos do presente processo.

GUAIUBA/CE, 26 de março de 2020.



Karine dos Santos Costa Nogueira

Presidente e Pregoeira da Comissão Central de Licitação e Pregões